



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº637/89

Institui a Taxa de Iluminação Pública e dá outras Providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, por seus vereadores, decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública sobre o imóvel situado em logradouro já servido de Iluminação Pública ou que dela venha a servir-se, a ser aplicada a partir do exercício de 1990.

Art. 2º - A Taxa de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago ou lote contendo edificação em construções ou já construídas, porém não consumidoras de energia elétrica, situadas em logradouro servido de Iluminação Pública ou que dela venha a servir-se.

§ Único - O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 1%(um por cento) ao mês, sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente no mês de janeiro do ano a que se referir, estabelecido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DAEE.

Art. 3º - Observado o depósito no artigo 1º desta Lei, cobrar-se-á a Taxa de Iluminação Pública, mensalmente, calculada sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente, devendo ser adotado nos intervalos de classes indicadas, os percentuais correspondentes.

Classes (KWH)	Percentuais de Taxa DIP
0 a 30	Isento
31 a 50	1%
51 a 100	2%
101 a 200	4,5%
201 a 300	7%
acima de 300	7%

Art. 4º - O produto da taxa de iluminação ora criada, constituirá receita destinada, prioritariamente, a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para a melhoria e ampliação do serviço.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 5º - A cobrança da taxa, relativa ao artigo 1º desta lei, poderá ser feita diretamente pela Prefeitura ou por arrecadação junto às contas particulares de consumo de energia mediante convênio; a ser celebrado com a companhia energética de Minas Gerais-CEMIG, ficando, neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a formar o referido convênio.

Art. 6º - Realizado o convênio a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela Prefeitura Municipal e pela CEMIG.

§ 1º - A CEMIG apresentará a Prefeitura mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante da arrecadação total da taxa de iluminação pública.

§ 2º - Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença de acordo com os prazos e condições constantes da respectiva fatura.

§ 3º - O superávit eventual, verificado entre o montante arrecadado da taxa e o valor da fatura, poderá ser aplicado pela CEMIG, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, e ainda, havendo saldo, poderá ser destinada a custear obras de expansão e/ou melhoramentos do sistema de iluminação pública, e de extensão de redes urbanas do município, caso a Prefeitura autorize.

Art. 7º - A cobrança da taxa, referente ao Arrigo 2º desta Lei, será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os impostos predial e territorial.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lajinha-MG., 06 de outubro de 1989.

Gerson Araújo da Fonseca  
Prefeito Municipal